

FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

ATA NÚMERO CINCO/ DOIS MIL E CATORZE

Aos vinte dias do mês de junho do ano de dois mil e catorze, pelas dezanove horas, no imóvel sito no edifício Varandas da Lezíria, n.º 15, 5º-D, em Vila Franca de Xira, reuniu-se o Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem.

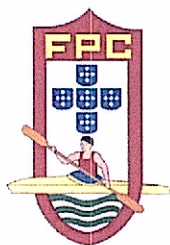
A presente reunião foi convocada pelo Senhor Presidente do Conselho de Disciplina da Federação Portuguesa de Canoagem, nos termos e para os efeitos previstos no número 1 do ponto 9.2 do ponto 9 do Regulamento Disciplinar desta Federação, tendo nela estado presentes todos os seus membros, os quais se pronunciaram sobre a seguinte ordem de trabalhos:

- Decisão final relativa ao processo disciplinar instaurado à atleta arguida [REDACTED]

O Conselho de Disciplina deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta de decisão final referente ao processo disciplinar em apreço, a qual foi preparada, elaborada e apresentada pelo vogal Renato José Diniz Gonçalves, proposta essa que se dá por integralmente reproduzida nesta parte da ata e que fica anexa à presente ata, constituindo parte integrante da mesma, para os devidos efeitos legais e processuais.

Assim, e nos termos da proposta acima indicada, o Conselho de Disciplina deliberou **aplicar à arguida T [REDACTED] a pena de dois (2) meses de suspensão de toda a atividade desportiva, com execução suspensa até ao final da presente época desportiva, aplicando-se o regime da pena suspensa**, com a fundamentação de facto e de direito aí referenciada e em conformidade com o preceituado no número 5 do ponto 10.1 do ponto 10 do anexo I do Regulamento Disciplinar da Federação Portuguesa de Canoagem, o qual consubstancia e integra o Código de Conduta dos Praticantes, e bem assim de acordo com o disposto nos números 1 e 2 do ponto 9.3 do ponto 9 do mesmo Regulamento Disciplinar, dando-se como integralmente reproduzida, para efeitos de fundamentação fática e jurídica da deliberação ora proferida e em apreço, a proposta de decisão elaborada pelo Senhor Instrutor do processo, Dr. Sérgio Agostinho Ferreira, em 29 de abril de 2014.

A decisão disciplinar ora tomada deverá ser notificada à arguida, nos termos legais e regulamentares devidos e aplicáveis.



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

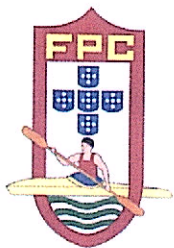
A presente decisão disciplinar deverá ser objeto de publicitação no sítio da Federação Portuguesa de Canoagem na internet, eliminando-se da respetiva publicitação os dados pessoais relativos à arguida, designadamente o seu nome e o número da licença federativa, em cumprimento do disposto no artigo 8º, n.º 1, alínea b), e n.º 2, do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de dezembro.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a presente reunião cerca das vinte horas, lavrando-se a devida ata, a qual será assinada por todos os membros do órgão.

O Presidente-

O Vogal-

O Vogal-



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

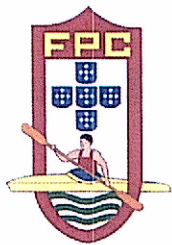
PROPOSTA DE DECISÃO

Na sequência de faltas não justificadas aos VII e VIII estágios da Seleção Nacional de Velocidade Sénior, ocorridos entre os pretéritos dias 8 a 31 de julho de 2013 e 5 a 24 de agosto de 2013, foi instaurado pela Federação Portuguesa de Canoagem, *doravante designada por FPC*, o presente procedimento disciplinar, no qual é arguida a atleta [REDACTED], nascida a [REDACTED] portadora do cartão de cidadão n.º [REDACTED] e titular da licença federativa n.º [REDACTED]

Em sede de instrução foi possível reunir, por inquérito à prova documental produzida, consistente em documentos facultados pela Direção da FPF, fortes indícios que demonstram ter a arguida incorrido na prática de um ilícito disciplinar.

Compulsados os autos e analisada a proposta de decisão formulada pelo Senhor Instrutor do presente procedimento, Dr. Sérgio Agostinho Ferreira, datada de 29 de abril do ano em curso, concorda-se com a mencionada proposta, a qual se mantém e reitera, e cujo teor se dá por integralmente reproduzido nesta sede, para todos os devidos efeitos legais e regulamentares.

Destarte e face ao acima exposto, com a sua conduta e atenta a factualidade típica apurada nos autos, que se dá como provada, a arguida cometeu o ilícito disciplinar previsto no número 5 do ponto 10.1 do ponto 10 do Anexo I- Código de Conduta dos Praticantes, o qual consta e constitui parte integrante do Regulamento Disciplinar, também designado por RD, da Federação Portuguesa de Canoagem, entrado



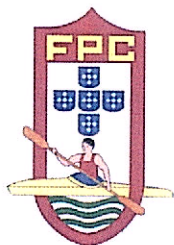
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

em vigor em Novembro de 2006, segundo o qual *“o atleta que, beneficiando de apoios da Federação Portuguesa de Canoagem, nomeadamente ao abrigo do Regime de Alta Competição, sem justificação recusar aceitar a convocação para a seleção, será punido nos termos do número anterior”.*

Deste modo, e subsumidos os factos apurados no processo ao Direito aplicável, a conduta adotada pela arguida consubstancia a prática de infração disciplinar, devidamente tipificada no normativo regulamentar transcrito no parágrafo antecedente, sendo a referida infração punível com uma pena de suspensão de 3 a 5 provas ou de 2 a 3 meses, nos termos do disposto no n.º 4 do ponto 10.1 do ponto 10 do mencionado Código de Conduta dos Praticantes, constante do anexo I ao RD da FPF, aplicável por remissão do respetivo número 4.

A conduta praticada pela arguida é punida com a sanção disciplinar acima referenciada.

Destarte, analisado todo o quadro factual presente, tendo em conta a moldura sancionatória abstrata aplicável e considerando as circunstâncias modificativas atenuantes que militam e depõem a favor da arguida, in casu a ausência de quaisquer antecedentes disciplinares e o seu brilhante percurso e palmarés desportivo, proponho que o Conselho de Disciplina da FPC, no uso das competências que lhe são conferidas pela alínea a) do ponto 2.1 e pela alínea a) do ponto 2.2, ambos do ponto 2 do RD da FPC, bem como com esteio e fundamento no número 1 do ponto 9.2 do ponto 9 do mesmo RD, aplique à



FEDERAÇÃO PORTUGUESA DE CANOAGEM

arguida [REDACTED] a pena de dois (2) meses de suspensão de toda a atividade desportiva, com execução suspensa até ao final da época desportiva em curso, conforme o disposto nos números 1 e 2 do ponto 9.3 do RD da FCP e nos termos e com a fundamentação de facto e de direito aduzida e constante da proposta de decisão elaborada pelo Senhor Instrutor do processo, acima referenciada e que aqui se dá por integralmente reproduzida.

Cidade de Montijo e Distrito de Setúbal, 18 de junho de 2014.

O Relator,

(Renato José Diniz Gonçalves)

